

L E I Nº 1.319/77

Data: 31 de outubro de 1977.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1978.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - O orçamento do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1978, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a despesa em Cr\$ 36.596.000,00 (trinta e seis milhões quinhentos noventa e seis mil cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1. - RECEITAS CORRENTES Cr\$ 33.100.600,00

Receita Tributária Cr\$ 5.745.400,00

Receita Patrimonial Cr\$ 21.000,00

Receita Industrial Cr\$ 40.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 26.544.200,00

Receitas Diversas Cr\$ 1.020.000,00

1.2 - RECEITAS DE CAPITAL Cr\$ 3.495.400,00

Operações de Crédito Cr\$ 300.000,00

Alienação de bens móveis e imóveis Cr\$ 20.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 3.175.400,00

T O T A L: Cr\$ 36.596.000,00

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram a Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1 - DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

1.1 Programação à conta de recursos do tesouro Cr\$ 6.556.000,00
1.2 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 30.039.600,00
TOTAL DAS DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS: Cr\$ 36.596.000,00

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 ÓRGÃO LEGISLATIVO Cr\$ 980.000,00
Câmara Municipal Cr\$ 980.000,00

2.2 ÓRGÃO EXECUTIVO Cr\$ 35.616.000,00
Executivo Municipal Cr\$ 824.000,00
Departamento Administrativo Cr\$ 5.809.600,00
Departamento da Fazenda Cr\$ 3.773.000,00
Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$ 16.974.400,00
Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 7.208.500,00
Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 1.026.500,00

T O T A L: Cr\$ 36.596.000,00

Artigo 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com o artigo 67, da Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969.

Artigo 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de Crédito até o limite de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para manter o equilíbrio orçamentário.

Artigo 6º - Os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Município, terão na forma da Lei, orçamentos próprios elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, sendo que a Receita será formada pelas rendas próprias, contribuições Municipais, Estaduais, Federais e outras Receitas correntes e de Capital, e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do Parágrafo primeiro, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 7º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares nos limites e com as finalidades seguintes:

I – Para atender despesas vinculadas à Receita até o limite do excesso de arrecadação efetivas das Receitas a que estiverem vinculadas.

II – Para atender a quaisquer despesas até o limite de 30% (trinta por cento), da despesa orçamentária, servindo como recurso os constantes do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de maio de março de 1964.

III – Para atender despesas com as Fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% (vinte por cento), das dotações consignadas nos respectivos orçamentos a título de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recursos as fontes indicadas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1978, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 1977.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal